



A PHRONESIS NA ETHICA NICOMACHEA: AS FORMULAÇÕES DA BOULEUSIS-PROAIRESIS E DO SILOGISMO PRÁTICO¹

Fernando Rodrigues Montes Doca²

Investigar detidamente o papel da phronesis (razão prática ou prudência) na ética aristotélica não deixa de ter um cunho inédito mesmo depois de *La Prudence chez Aristote* (1963) de Pierre Aubenque. Um universo encontra-se ainda inexplorado no tocante a phronesis, principalmente quando se tem presente que ela concerne não somente ao conhecido esquema telos-ta pros to telos (fim-meios), em que a praxis (ação) humana é um sucedâneo de uma deliberação e de uma escolha sobre meios (ta pros to telos) que têm em vista determinado fim (telos), mas também, e em igual medida, ao pouco discutido esquema katholou-hekasta (universal-particular), em que a praxis resulta da subsunção de um caso (particular) a uma regra (universal), tendo presente um raciocínio lógico. Isto quer dizer que a phronesis refere-se a dois esquemas diferentes da praxis, ou ainda, apresenta duas formulações distintas, a da bouleusis-proairesis (deliberação-escolha), concernindo ao esquema telos-ta pros to telos, apresentada em *Ethica Nicomachea* (EN) III, e a formulação do silogismo prático, referindo-se ao esquema katholou-hekasta, exposta em EN VI e, principalmente, VII. Não obstante, à primeira vista, enquanto a formulação da bouleusis-proairesis é tipicamente teleológica e financiadora de uma interpretação particularista da ética aristotélica, a do silogismo prático é sensivelmente deontológica e sugere um universalismo. Diante disso, a questão que se coloca tange a que compreensão se pode ter acerca dessa bivalência da phronesis na EN. Aubenque ao aventar uma possível compreensão do problema questiona-se sobre qual das duas formulações seria a mais aristotélica. Como tributário do particularismo ético, Aubenque entende a questão disjuntivamente e opta pela phronesis na versão bouleusis-proairesis. O argumento de Aubenque, no entanto, é controvertido, não somente por relegar os silogismos práticos a uma situação de marginalidade no tocante a praxis como uma causalidade eficiente, mas por se basear em uma hipótese cronológica (que não é o caso apresentar aqui) acerca dos livros da EN difícil de ser sustentada. Apontado o problema e a dificuldade de seu trato, foram fixados dois objetivos para o trabalho monográfico aqui em resumo. Primeiro, apresentar detidamente ambas as formulações da phronesis através da reconstrução, cerrada no texto da EN, da argumentação aristotélica e mediante a colocação de questões relativas à compreensão das formulações da bouleusis-proairesis e silogística referindo-se, respectivamente, a um particularismo e a um universalismo. Segundo, aproximar, na medida em o texto da EN permite, uma formulação da outra, buscando uma compreensão através de uma conjunção, a fim de, a uma só vez, demonstrar o caráter controvertido da disjunção defendida por Aubenque e a possibilidade de se entender as formulações da bouleusis-proairesis e do silogismo prático a partir de uma complementaridade. Consoante tais objetivos, mediante o cotejo dos trabalhos de comentadores como Allan, Jaeger, Guariglia, Berti, Destrée, Salgado, Zingano e, é claro, Aubenque, para citar apenas alguns, adotou-se como procedimento, ou método, de trabalho a estratégia de estreitar as relações entre as duas formulações da phronesis. Procedendo desta forma, percebeu-se que as formulações são, na verdade, muito



mais próximas do que se pode imaginar. Diferentemente do que prima facie se pensa, as formulações não são contraditórias e tampouco expressam causalidades diferentes, como sustentam Aubenque e Zingano. Com uma detida análise das formulações separadamente, identificou-se que ambas concernem a uma causalidade eficiente, malgrado Aubenque e Zingano, que identificam que enquanto a formulação da bouleusis-proairesis apresenta um causalidade eficiente, a do silogismo prático expressa tão-somente uma causalidade formal. Tal hipótese é controvertida, pois dá conta das duas formulações da phronesis excluindo os silogismos práticos do escopo de uma causalidade eficiente, excluindo-os do domínio da praxis. Tal hipótese, tributária de um raciocínio disjuntivo, ao dar conta das duas formulações financia, indevidamente, um hiato entre elas e incorre em uma contradição de termos, afinal, ou os silogismos práticos concernem à praxis, a uma causalidade eficiente, ou eles não são práticos. Considerá-los, no entanto, como não sendo práticos fere sobremaneira o estatuto da phronesis como racionalidade que se relaciona com os universais e com os particulares, bem como a defesa, legítima, de Berti de que a phronesis silogiza. Identificada a fragilidade da hipótese das causalidades, abriu-se um caminho à compreensão das duas formulações a partir de uma conjunção e de uma complementaridade. Uma questão, todavia, permaneceu irresoluta: Se as formulações apresentam uma mesma causalidade, têm a mesma racionalidade reguladora e são tão próximas, por que Aristóteles apresenta-as de modos diferentes? Levantou-se, então, a hipótese de que as formulações não concernem a causalidades diferentes, mas a propósitos, ou motivos, diferentes. A formulação da bouleusis-proairesis, tipicamente teleológica, é articulada em EN III tendo presente a psicologia do homem grego: a motivação do fim (telos) e a busca dos meios (ta pros to telos) que melhor conduzem ao fim desejado. O homem aristotélico não é um mero cumpridor de normas como o homem kantiano. Critérios sem móveis são estéreis à praxis. Nesse sentido a versão bouleusis-proairesis da phronesis cumpre o propósito de descrever a praxis psicologicamente. De outra parte, a versão silogística da phronesis, sensivelmente deontológica, é apresentada em EN VI e VII tendo como propósito a resolução do problema da akrasia (incontinência), não solucionado a contento nem por Sócrates e nem pela opinião do senso comum. Os silogismos práticos não cumprem um propósito apenas intelectual, em sentido teórico, pois a solução socrática de que o akratos (incontinente) não se abstém de comer a fatia de bolo por ignorância responde a apenas parte do problema, sendo, portanto, insatisfatória. O problema não é somente intelectual, mas também moral, afinal é preciso ter uma disposição firme de caráter para se abster de comer a fatia de bolo. Assim, intelectualidade prática, e não teórica, segundo a defesa socrática, e disposição de caráter, segundo a opinião do senso comum, encontram-se conjugadas de forma bem acabada na tese de Aristóteles, confirmando o que fora dito antes sobre a phronesis inexistir sem virtudes morais e vice-versa. Desta forma, os silogismos práticos são apresentados diferentemente da formulação da bouleusis-proairesis porque cumprem um propósito diferente no plano da EN. Identificada a viabilidade da hipótese, alternativa a das causalidades diferentes, que deu conta das formulações da phronesis entendendo-as como cumprindo propósitos diferentes e concernindo a uma mesma causalidade, ou seja, eliminado o hiato entre as formulações, chegou-se a conclusão de que elas podem ser entendidas complementarmente por três motivos. Primeiro, porque não há uma forte teleologia na formulação da bouleusis-proairesis e tampouco uma forte deontologia na



formulação silogística. Teleologia e deontologia não se encontram em relação de subordinação, mas de cooperação em ambas as formulações. Móbil e critério da praxis encontram-se em equilíbrio. A idéia de subordinação, que financiaria um hiato, é apenas aparente. Segundo, porque devido ambas formulações apresentarem traços deontológicos, ambas se valem de princípios (archai) à praxis, e não somente a formulação silogística, afinal a phronesis é prescritiva, e o é em ambas. E, terceiro, porque as formulações são análogas. Isto é detectado mediante a equivalência que os termos fim (telos) e meios (ta pros to telos), da formulação bouleusis-proairesis, e universal (katholou) e particular (hekasta), da formulação silogística, apresentam, respectivamente, sem prejuízo de significado para o texto da EN.

¹ Monografia de especialização apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

² Especialista em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (2007) e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (2004).